

O AUTOR E A OBRA COMO FUNÇÕES DO DISCURSO EM MICHEL FOUCAULT

Marco Antônio Sousa Alves¹

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o pensamento de Michel Foucault acerca das noções de *autor* e de *obra*, pensadas como funções variáveis e complexas do discurso. A primeira parte do artigo pretende conectar a figura do autor com o problema do sujeito e com a ordem do discurso. Na segunda parte, o objetivo é indicar como essa problemática aparece em outros textos de Foucault, em momentos nos quais ele analisa os modos de circulação e apropriação dos discursos, tanto na Antiguidade quanto em seu presente (com relação às suas próprias “obras”).

Palavras-chave: Foucault; Autor; Obra; Discurso.

Abstract: This paper aims to analyze Michel Foucault’s thinking about the notions of *author* and *work*, which are regarded as variable and complex functions of discourse. The first part of the paper connects the notion of *author* with the problem of subjectivity and the order of discourse. In the second part, the aim is to stress how the same question appears in other works of Foucault, when he analyzes the kinds of circulation and appropriation of discourses, both in ancient times as well as during his time (in relation to his own ‘works’).

Keywords: Foucault; Author; Work; Discourse.

Introdução

Apesar da variedade temática dos estudos de Foucault e de suas transformações metodológicas, podemos afirmar que a noção de *sujeito* constitui sua preocupação central, ou pelo menos um fio que permite unir muitos de seus escritos.² A maneira como Foucault aborda essa questão sofre diversas inflexões ao longo dos anos e

¹ Pós-doutorando em Filosofia na UFMG (PNPD/CAPES)

Contato: marcofilosofia@yahoo.com.br

² Foucault afirma isso no ensaio intitulado *Porque estudar o poder: a questão do sujeito* nos seguintes termos: “Eu gostaria de dizer de início qual foi o objetivo de meu trabalho nesses últimos vinte anos. Não foi analisar os fenômenos de poder, nem fixar as bases de uma tal análise. Eu procurei, sobretudo, produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano em nossa cultura. [...] Não é o poder, mas o sujeito que constitui o tema geral de minhas pesquisas”. In: DREYFUS & RABINOW, *Michel Foucault, un parcours philosophique: au-delà de l’objectivité et de la subjectivité*, p.297-298 (tradução minha).

aprofunda-se em diferentes direções. O objetivo do presente artigo não será defender uma interpretação global de Foucault, conferindo-lhe uma suposta unidade temática centrada no problema do sujeito, nem consistirá em seguir suas inflexões e seus desdobramentos, o que implicaria em um estudo de grande fôlego. Trata-se aqui de algo mais modesto, que se limita à análise de uma especificação da função-sujeito, realizada em um importante momento de inflexão nas pesquisas desenvolvidas por Foucault. Deixando mais claro: o objetivo do artigo é estudar o *autor* (que está intimamente associado à noção de *obra*) como uma especificação da função-sujeito, analisado por Foucault como uma função variável e complexa do discurso.

Pretendo abordar esse tema em dois momentos. Na primeira parte, o objetivo será conectar a figura do autor com o problema do sujeito e com a ordem do discurso. Para estudar esse tema, apóio-me particularmente na aula inaugural proferida por Foucault no Collège de France em 1970, intitulada *A ordem do discurso*, e na apresentação realizada por Foucault um ano antes na Sociedade Francesa de Filosofia, intitulada *O que é um autor?*. Ao analisar esses textos, pretendo mostrar como a análise da função-autor ilustra um importante momento de inflexão nas pesquisas desenvolvidas por Foucault.

Na segunda e última parte deste artigo, gostaria de indicar como essa problemática aparece em outros textos de Foucault. O objetivo é realizar uma pequena aproximação ilustrativa, para mostrar o interesse de Foucault pela figura do autor e pelos modos de circulação e apropriação dos discursos. Essa segunda parte será dividida em dois momentos. Em primeiro lugar, será feita uma análise da aula dada por Foucault em três de março de 1982, parte do curso *A hermenêutica do sujeito*, na qual se abordou as práticas da leitura na época helenística. Por fim, será feita uma breve consideração acerca da relação que Foucault estabeleceu com sua própria “obra”, a partir, sobretudo, do prefácio escrito por ele em 1972 para a segunda edição da *História da loucura na idade clássica*.

1. Autor, sujeito e discurso

Logo no início de sua aula inaugural no Collège de France, Foucault expõe sua hipótese de trabalho nos seguintes termos:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade³.

Essa passagem ilustra bem a inflexão ocorrida nas pesquisas desenvolvidas por Foucault, que faz com que ele conceda menos importância às análises formais intradiscursivas em favor de uma preocupação mais aguda com as práticas sociais e as relações de poder anteriormente consideradas, em geral e de forma ainda pouco aprofundada, como algo extradiscursivo ou não discursivo. O discurso é visto então como algo que só se efetiva em função de certos procedimentos de controle e delimitação, sem os quais ele se desfaz em um ruído indefinido ou um murmúrio descontrolado. Essa organização ou controle do discurso se faz através de certos procedimentos, que são mecanismos que impõem limites, agindo também de forma coercitiva. A aula inaugural de Foucault aborda justamente esses procedimentos, que são divididos em externos (que incluem os três grandes sistemas de exclusão: a interdição, a segregação da loucura e a vontade de verdade) e internos (como o comentário, a figura do autor e as disciplinas).

Os procedimentos internos de controle e delimitação do discurso são assim chamados uma vez que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle. Segundo Foucault, podemos tomá-los como “procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse, desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso”⁴. Em suma, o discurso ganha, com a figura do autor e outros procedimentos, uma suposta unidade, uma coerência, uma inteligibilidade. O acaso do discurso adquire uma identidade na figura do autor, associada a uma individualidade.

Na apresentação realizada por Foucault um ano antes na Sociedade Francesa de Filosofia, intitulada *O que é um autor?*, fica ainda mais clara a inflexão ocorrida em seu pensamento, bem como a inclusão da questão do autor nesse momento:

Talvez seja tempo de estudar os discursos não somente pelo seu valor expressivo ou pelas suas transformações formais, mas nas modalidades da sua existência: os modos de circulação, de valorização, de

³ FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p. 8-9.

⁴ FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p. 21.

atribuição, de apropriação dos discursos variam com dada cultura e se modificam-se no interior de cada uma; a maneira como se articulam sobre relações sociais decifra-se de forma mais direta, parece-me, no jogo da função autor e nas suas modificações do que nos temas ou nos conceitos que empregam⁵.

Vemos assim que o estudo arqueológico limitado às condições de possibilidade dos discursos passa a ser permeado por questões extradiscursivas, relacionadas a determinadas práticas, que tomam corpo em um conjunto de técnicas, instituições, comportamentos, maneiras de transmissão e difusão, formas pedagógicas, etc. Foucault dirige sua atenção para o estudo das modalidades de existência dos discursos, inserindo o problema da noção de autor em um quadro mais amplo, que vai muito além do espaço literário e aborda as formas de criação e circulação de discursos em geral, que estão associadas a múltiplas práticas de constituição da subjetividade. Podemos dizer que a questão sobre o que é um autor atinge em Foucault um nível mais propriamente filosófico ou, em certo sentido, transcendental, pois questiona a função no interior da qual qualquer coisa como um autor pode vir a existir. O autor é visto justamente aquele que tem a função de criar e organizar certos discursos em determinada época e cultura, exercendo também um papel coercitivo, como qualquer outro procedimento de controle. Resumindo, “o nome de autor serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso”⁶.

Relacionando a figura do autor com as práticas de constituição da subjetividade, Foucault coloca a seguinte questão: “Não será igualmente a partir de análises deste tipo que se poderá reexaminar os privilégios do sujeito?”⁷. A crítica à noção de autor insere-se, assim, no interior de uma crítica mais geral à noção de sujeito, mais especificamente no seio da crítica à função fundadora atribuída ao sujeito. Ressaltando essa associação, afirma Angèle Kremer-Marietti que “um saber sem sujeito, essa seria a obra despojada de seu autor. [...] Dizer que o autor desapareceu é como dizer que Deus está morto ou que o homem está morto”⁸. Essa aproximação é, ao final da apresentação de 1969, explicitamente assumida por Foucault nos seguintes termos:

⁵ FOUCAULT, *O que é um autor?*, p. 68-69.

⁶ FOUCAULT, *O que é um autor?*, p. 45.

⁷ FOUCAULT, *O que é um autor?*, p. 69.

⁸ KREMER-MARIETTI, *Introdução ao pensamento de Michel Foucault*, p. 98.

Como, segundo que condições e sob que formas, algo como um sujeito pode aparecer na ordem dos discursos? Que lugar pode o sujeito ocupar em cada tipo de discurso, que funções pode exercer e obedecendo a que regras? Em suma, trata-se de retirar ao sujeito (ou ao seu substituto) o papel de fundamento originário e de o analisar como uma função variável e complexa do discurso. O autor – ou o que tentei descrever como a função autor – é com certeza apenas uma das especificações da função sujeito⁹.

Nessa passagem fica evidente o *status* conferido ao autor e ao sujeito por Foucault: não são noções evidentes, espontâneas, que servem de fundamento ao discurso. Pelo contrário, são vistos como funções variáveis e complexas. Ressaltando o caráter histórico e cultural da figura do *autor*, Foucault é enfático ao rejeitar sua suposta naturalidade. Nem sempre e nem todos os discursos se organizam em função do autor. Kremer-Marietti reforça esse ponto dizendo que “longe de ser dado e primeiro, o autor ou sujeito aparece como o resultante de circunstâncias culturais, mas ainda de atos de leitura, de interpretação, de condicionamento de um certo discurso”¹⁰.

É claro, contudo, que ao afirmar isso Foucault não pretende cometer o absurdo de negar “a existência do indivíduo que escreve e inventa”¹¹. Não devemos confundir o mero fato de haver um criador ou escritor com a função desempenhada pelo autor na circulação e no funcionamento de certos discursos no interior de uma determinada sociedade, conferindo um modo específico de ser aos discursos. Como resume Foucault na apresentação:

A função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que encerra, determina, articula o universo dos discursos; não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários “eus” em simultâneo, a várias posições-sujeito que classes diferentes de indivíduos podem ocupar¹².

Embora o autor seja uma figura que não é natural nem necessária, de modo que podemos analisar seu surgimento e prever seu desaparecimento, isso não leva Foucault a

⁹ FOUCAULT, *O que é um autor?*, p. 69-70.

¹⁰ KREMER-MARIETTI, *Introdução ao pensamento de Michel Foucault*, p. 100.

¹¹ FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p.28.

¹² FOUCAULT, *O que é um autor?*, p. 56-7.

simplesmente fazer coro à declaração da “morte do autor” feita por Barthes pouco antes. Foucault demonstra certa resistência à tese já corrente do desaparecimento ou morte do autor, dizendo: “não estou, porém, muito seguro de que se tenha extraído todas as conseqüências que a constatação exigiria, nem que se tenha avaliado com exatidão o alcance do acontecimento”¹³. Como fica claro, Foucault pretende levar a questão a outro nível. Ele se nega a simplesmente “repetir a afirmação oca de que o autor desapareceu” e procura “localizar o espaço deixado vazio pelo desaparecimento do autor, seguir de perto a repartição das lacunas e das fissuras e perscrutar os espaços, as funções livres que esse desaparecimento deixa a descoberto”¹⁴. Fica mais uma vez claro o interesse de Foucault, que consiste no estudo dos procedimentos internos de controle e delimitação do discurso. Se não é mais o autor quem exerce a função unificadora e controladora, então cabe analisar quem ou o que exerce essa função e como o faz.

Juntamente com a figura do autor, também a noção de *obra* é colocada em questão por Foucault. Novamente não estamos diante de algo natural e espontâneo. Pelo contrário, Foucault observa que uma obra é uma “curiosa unidade”, que inclui certos textos e exclui outros. As coletâneas ou obras completas são mecanismos mais ou menos aleatórios, que ajuntam uma certa quantidade de textos sob a pretensa unidade de uma obra. A própria idéia de uma obra pode ser pensada como sendo fruto de uma determinada forma de organização textual, linear e autoral, difundida pela impressora e o formato do livro. Em uma conferência pronunciada em Bruxelas em 1964, intitulada *Linguagem e literatura*, Foucault distingue a obra da linguagem e da literatura, descrevendo-a nesses termos:

Há uma coisa estranha, no interior da linguagem, essa configuração da linguagem que se detém em si própria, se imobiliza e constrói um espaço que lhe é próprio, retendo nesse espaço o fluxo do murmúrio que dá espessura à transparência dos signos e das palavras. Erige-se, desse modo, o volume opaco, provavelmente enigmático, que constitui a obra¹⁵.

Voltando à aula inaugural de 1970, apresento em linhas gerais as considerações que Foucault tece ao final, quando apresenta as tarefas e temas que gostaria de abordar nos próximos anos. Foucault estabelece alguns princípios que seriam exigidos pelo novo

¹³ FOUCAULT, *O que é um autor?*, p. 37.

¹⁴ FOUCAULT, *O que é um autor?*, p. 41.

¹⁵ FOUCAULT, *Linguagem e literatura*. In: MACHADO, *Foucault, a filosofia e a literatura*, p. 140.

método, a começar pelo princípio da inversão, que faz com que tomemos o autor como um recorte e um instrumento de rarefação do discurso ao invés de reconhecer nele a fonte dos discursos. Feito isso, pergunta-se Foucault: “Mas, uma vez descobertos esses princípios de rarefação, uma vez que se deixe de considerá-los como instância fundamental e criadora, o que se descobre por baixo deles?”¹⁶. Para responder essa pergunta, Foucault diz ser preciso avançar outros princípios de seu método. O princípio da descontinuidade obriga-nos a recusar a idéia de que haveria um reino do não-dito ou do impensado, uma espécie de “grande discurso ilimitado” que foi reprimido e recalçado. O princípio da especificidade, por sua vez, obriga-nos a recusar a idéia de que haveria uma significação prévia que nos caberia decifrar, posto que o discurso deve ser concebido “como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo o caso”¹⁷. Já o princípio da exterioridade obriga-nos a não buscar nos discursos uma espécie de “núcleo interior e escondido”, seu suposto âmago, mas devemos, ao contrário, ater-nos à sua aparição e à sua regularidade.

Foucault conclui então a apresentação de seu novo método indicando que quatro noções devem regular suas análises, as noções de acontecimento, de série, de regularidade e de condição de possibilidade. Ao estipular isso, Foucault recusa as noções de significação, originalidade, unidade e criação, que teriam dominado a “história tradicional das idéias”. Sendo assim, Foucault propõe que não se procure mais pelo “ponto da criação” (a fonte ou origem do discurso), pela “marca da originalidade individual” (o autor e sua intenção), pela “unidade da obra” (a coerência e delimitação do discurso) e pelo “tesouro indefinido das significações ocultas” (o grande objetivo da hermenêutica ou exegese moderna).

É dentro desse projeto que Foucault distingue o conjunto crítico (que põe em prática o princípio da inversão) e o conjunto genealógico (que põe em prática os princípios da descontinuidade, especificidade e exterioridade). Em suas palavras: “A crítica analisa os processos de rarefação, mas também de reagrupamento e de unificação dos discursos; a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular”¹⁸. Apesar de traçar a distinção, Foucault é enfático ao ressaltar o caráter inseparável dessas pesquisas, posto que, “não há, de um lado, as formas da rejeição, da

¹⁶ FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p. 52.

¹⁷ FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p. 53.

¹⁸ FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p. 65-6.

exclusão, do reagrupamento ou da atribuição; e, de outro, em nível mais profundo, o surgimento espontâneo dos discursos que, logo antes ou depois de sua manifestação, são submetidos à seleção e ao controle”¹⁹. Em outras palavras, os procedimentos de controle são integrados na formação mesma dos discursos, o que não permite pensar em um discurso puro, sem qualquer controle, bem como não seria possível simplesmente repelir todo controle como algo simplesmente externo e repressor.²⁰

2. O autor e os modos de circulação e apropriação dos discursos

Na parte anterior, foi realizada uma breve apresentação de como Foucault problematizou a figura do autor na virada da década de 1960 a 1970. Agora, o objetivo é mostrar como essa problemática reaparece em outros textos de Foucault. Trata-se, em verdade, de um tema que perpassa vários de seus escritos e de suas falas, de modo que o que se segue é apenas uma amostragem dessa aparição, sem qualquer pretensão exaustiva. Em primeiro lugar, será feita uma análise da aula dada por Foucault em três de março de 1982, parte do curso *A hermenêutica do sujeito*, na qual se aborda as práticas de leitura e escrita na época helenística. Na seqüência, será feita uma breve consideração acerca da relação que Foucault procurou estabelecer com sua própria “obra”.

2.1. O autor e as práticas de leitura e escrita na época helenística

No curso *Hermenêutica do Sujeito*, mais especificamente na aula de três de março de 1982, Foucault apresentou uma interessante análise das práticas de leitura e escrita na época helenística. Segundo Foucault, havia então um princípio ético que orientava tanto a leitura quanto a escrita. Assim explica Foucault o efeito que se

¹⁹ FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p. 66.

²⁰ Dreyfus e Rabinow consideram que, nesse momento, Foucault tentou preservar a arqueologia, complementando-a com a genealogia. Essa tentativa transitória explicaria, segundo essa interpretação, o “caráter um pouco confuso de certas observações”, como a que distingue o conjunto crítico do genealógico e a que considera complementar a rarefação do discurso e a formação efetiva do discurso pelas práticas não discursivas (cf. DREYFUS & RABINOW, *Michel Foucault, un parcours philosophique: au-delà de l’objectivité et de la subjectivité*, p. 156).

esperava da leitura: “não a compreensão do que o autor queria dizer, mas a constituição para si de um equipamento de proposições verdadeiras, que seja efetivamente seu”²¹. Ou seja, o que importava era apropriar-se dos pensamentos (*lógoi*), de modo a incorporar princípios de comportamento e a provocar uma mudança na própria existência. A leitura é vista assim como uma prática eticamente orientada, na qual os pensamentos são apropriados e organizados através de diversos exercícios: ler em voz alta, reler, anotar, reler as anotações, meditar, etc., de maneira a efetivamente incorporar os pensamentos e torná-los seus.

No contexto helenístico, o autor e a obra não têm a “aura” que terão na modernidade, não possuem a autoridade que lhes será concedida pelo Renascimento e pelo romantismo, eles não constroem o leitor e nem exercem qualquer privilégio hermenêutico. Não cabe ao criador delimitar sua criação na forma de uma obra bem definida e circunscrita, pois compete ao leitor operar essa junção livremente. Geralmente os textos não eram assinados e pouco se sabia da fonte ou da autenticidade do que se lia. Podemos dizer que, nesse contexto, a função de controle e delimitação do discurso não é exercida pelo autor, posto que é o leitor quem, em sua apropriação, impõe uma determinada organização e utilização ao que lê ou escuta.

A técnica seletiva de leitura sugerida aos alunos na época helenística, que os incentivava a ler algumas passagens de poucos autores e obras, ilustra bem esse ponto. Vemos assim o quão longe estamos do esforço crítico moderno, que nos convida a uma abordagem do conjunto de uma obra de modo a decifrar a intenção do autor e o sentido por ele conferido aos seus escritos. Temos, assim, uma relação muito diversa com a leitura e a escrita, em comparação com o leitor e o escritor modernos. Não cabe ao criador impor um sentido último, um percurso linear a ser seguido e um limite e unidade à sua obra. E quanto ao leitor, ao invés da obrigação de respeitar a intenção do autor e a integridade e o conjunto de sua obra, cabe a ele se apropriar do discurso, conformando-o livremente e fazendo-o seu à sua maneira. As questões hermenêuticas modernas acerca da intenção do autor e os problemas acerca da autenticidade das obras antigas são, portanto, algo completamente alheio ao modo de circulação e organização do discurso no helenismo.

²¹ FOUCAULT, *A hermenêutica do sujeito*, p. 431.

O leitor da época helenística não realiza verdadeiramente um comentário, no sentido de uma duplicação do discurso, e nem uma exegese, entendida como a busca pela origem ou pelo sentido último. Como ressalta Foucault em sua aula: “a leitura recolhe *oraciones, logói* (discursos, elementos de discursos); é preciso disto fazer um *corpus*. É a escrita que vai constituir e assegurar este *corpus*”²². Portanto, o leitor não assume uma posição passiva diante da obra, que traz consigo um sentido último dado. Pelo contrário, é ele que exerce ativamente a função de controle e organização do discurso. Foucault enfatiza como a leitura não era algo fácil, mas constituía um complexo exercício. Segundo Foucault, a palavra utilizada para se referir à leitura, *anagignóskein*, “significa precisamente reconhecer, reconhecer nesta miscelânea de signos que são tão difíceis de repartir, de distribuir como convém e, conseqüentemente, de compreender”²³. Podemos ver, assim, como a tarefa de domesticar a selvageria e a periculosidade do discurso era essencialmente exercida pelo leitor no momento da meditação (*meléte, meditatio*) e não pela figura do autor.

Os *hypomnémata* (anotações de leitura, suporte de lembranças) ilustram bem essa outra prática de leitura, escrita e releitura. Foucault comenta em sua aula a publicação que Arrianus fez de seus *hypomnémata*, escritos enquanto escutava os colóquios de Epiteto. Arrianus ressalta que se trata de uma versão com suas próprias palavras. Como comenta Foucault em sua aula: “Publicando os *hypomnémata* que fez para si, Arrianus atribui-se como tarefa, portanto, restituir o que as outras publicações não souberam fazer: *diánoia*, o pensamento, o conteúdo de pensamento que era, pois, o de Epicteto em seus colóquios”²⁴. Como fica evidente, o objetivo não é preservar a autoria e a autoridade de Epiteto, mas antes se apropriar de uma verdade pronunciada. Em uma entrevista concedida a Dreyfus e Rabinow em abril de 1983, Foucault esclarece que, mesmo sendo a cultura antiga marcada pelo valor da tradição e da autoridade (como a de Epiteto), o objetivo dos *hypomnémata* é “fazer da recordação de um *logos* fragmentário, transmitido pelo ensino, a escuta ou a leitura, um meio para estabelecer uma relação consigo mesmo a mais adequada e perfeita possível”²⁵.

²² FOUCAULT, *A hermenêutica do sujeito*, p. 431.

²³ FOUCAULT, *A hermenêutica do sujeito*, p. 433.

²⁴ FOUCAULT, *A hermenêutica do sujeito*, p. 441.

²⁵ In: DREYFUS & RABINOW, *Michel Foucault, un parcours philosophique: au-delà de l'objectivité et de la subjectivité*, p. 341 (tradução minha).

2.2. *A relação de Foucault com sua própria “obra”*

Foucault mostra-se, em vários momentos, desconfortável ao falar de sua “obra”. Ele parece pedir sempre aos seus leitores e ouvintes que assumam uma outra posição diante de seus textos e de suas palavras. Mas qual a razão desse desconforto? Proponho então refletir sobre essa questão a partir, sobretudo, do prefácio escrito por ele em 1972 para a segunda edição da *História da loucura na idade clássica*.

Ao redigir um prefácio, o autor normalmente assume uma outra posição diante de seu texto, explicando seus limites e indicando como o mesmo deve ser compreendido. Trata-se de uma posição de autoridade exercida pelo autor diante de sua obra. Em diferentes ocasiões, Foucault mostrou-se incomodado com o fato de ter de elaborar prefácios para suas obras. Ao que parece, o incômodo vinha, em grande medida, do fato de Foucault entender que, no prefácio, o autor assume uma curiosa posição diante de sua obra, como alguém que pode falar dela com algum privilégio hermenêutico, cabendo a ele dar a “última palavra” e proferir o “verdadeiro sentido” de seu discurso. No prefácio acima mencionado, Foucault expressa claramente esse desconforto em um curto texto de apenas duas páginas. Logo no início, Foucault confessa repugnar a obrigação que tem diante de si: prefaciá-la obra escrita há mais de dez anos para uma nova edição. Ao final, Foucault tenta justificar o fato de ter aceitado redigir um novo prefácio dizendo, ironicamente, que ao menos suprimiu o anterior e escreveu algo bem curto.

Ao longo do curto prefácio, Foucault apresenta a idéia da monarquia ou tirania do autor, que se vê no direito de determinar a maneira como sua obra deve ser lida e compreendida, e diz querer evitar essa tentação de assumir a posição do Autor-Deus, da fonte originária do significado último da obra, que o leitor deveria supostamente se esforçar para decifrar. Segue abaixo o trecho em que essas considerações são feitas:

A tentação é grande para quem escreve o livro de fazer a lei de todo esse lampejo de simulacros, de lhe prescrever uma forma, de lhe atribuir uma identidade, de lhe impor uma marca que lhe dê um certo valor constante. “Eu sou o autor: olhem meu rosto ou meu perfil. Aqui está a que deverão parecer todas essas figuras redobradas que vão circular sob meu nome, as que se distanciarem disso não valerão nada, e é em razão de seu grau de semelhança que vocês poderão julgar acerca do valor dos outros. Eu sou o nome, a lei, a alma, o segredo, a balança de todos esses duplos”. Assim se escreve o prefácio, ato

primeiro pelo qual começa a estabelecer-se a monarquia do autor, declaração de tirania: minha intenção deve ser seu preceito, vocês curvarão suas leituras, análises e críticas àquilo que eu quis fazer. Entendam bem minha modéstia: quando eu falo dos limites de minha empresa, eu pretendo limitar sua liberdade, e se eu proclamo meu sentimento de ter sido imperfeita minha tarefa, é que eu não quero deixar a vocês o privilégio de objetar ao meu livro o fantasma de um outro, bem próximo dele, mas mais belo que aquilo que ele é. Eu sou o monarca das coisas que eu disse e eu tenho sobre elas uma eminente soberania: a da minha intenção e do sentido que eu quis lhe dar²⁶.

Trata-se de um texto bastante irônico e contundente, que deixa clara a intenção de Foucault de renunciar ao seu trono, de não exercer o poder monárquico que se espera que o autor desempenhe. Na seqüência desse mesmo prefácio, Foucault indica como gostaria que sua obra fosse tomada. Ele pede para que suas palavras não sejam unificadas através da função autoritária do autor, mas que sejam acolhidas como discursos fragmentários e abertos:

Eu gostaria que um livro, ao menos por parte daquele que o escreveu, fosse apenas as frases das quais ele é feito, que ele não se desdobrasse nesse primeiro simulacro de si mesmo que é um prefácio, que pretende dar sua lei a todos aqueles que poderão, no futuro, ser formados a partir dele. Eu gostaria que esse objeto-evento, quase imperceptível no meio de tantos outros, copiasse-se novamente, fragmentasse-se, repetisse-se, simulasse-se, desdobrasse-se, desaparecesse finalmente sem que aquele a quem ocorreu de produzi-lo pudesse jamais reivindicar o direito de ser o seu mestre, de impor aquilo que ele quis dizer, nem de dizer aquilo que ele deveria ser. Em suma, eu gostaria que um livro não se desse a si mesmo esse estatuto de texto ao qual a pedagogia e a crítica saberão bem reduzi-lo, mas que ele tenha a desenvoltura de se apresentar como discurso, ao mesmo tempo batalha e arma, estratégia e choque, luta e troféu ou ferida, conjunturas e vestígios, encontro irregular e cena repetível²⁷.

Foucault deixa assim evidenciada sua vontade de ver seus discursos serem apropriados de uma forma distinta, diferente da apropriação realizada pela crítica e pelo nosso sistema educacional. Ao sugerir que seu livro seja tomado como um conjunto de frases, orações, pensamentos a serem livremente copiados, repetidos, desdobrados, fragmentados, etc, Foucault parece sugerir algo próximo à prática helenística de leitura e escrita, na qual não se perguntava pelo autor e por sua intenção. Essa aproximação é também reforçada quando Foucault sugere que o leitor se aproprie de seu discurso como

²⁶ FOUCAULT, *Histoire de la folie à l'âge classique*, p. 9-10 (tradução minha).

²⁷ FOUCAULT, *Histoire de la folie à l'âge classique*, p. 10 (tradução minha).

uma arma, um instrumento de batalha, algo que venha a provocar uma mudança em sua existência e em nossa realidade. Foucault é o tipo de filósofo que pede para ser usado, distorcido, empregado como um instrumento, uma ferramenta para os mais diversos e imprevisíveis fins. Não cabe fazer dele um guru, um mestre espiritual. Foucault renunciou ao posto de autor, de fonte última do significado, de elemento organizador e controlador que unifica e confere coerência a uma obra. Ao invés de respeito à integridade de sua obra e de reverência à sua intenção originária, Foucault pede para ser traído, deformado, maltratado e mesmo esquecido.

Encontramos uma sugestão nesse sentido também na introdução da *Arqueologia do Saber*. Ao final da introdução, Foucault diz ironicamente aos seus leitores e críticos: “eu não estou ali onde vocês me encurralaram, mas aqui de onde eu os vejo rindo”²⁸. Foucault explicita seu desejo de não assumir a posição do autor, de não dar um rosto definido ou uma cara própria aos seus escritos, dizendo:

Mais de um, como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto. Não me perguntem quem sou eu e não me digam para permanecer o mesmo: essa é a moral do estado civil que rege nossos documentos. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever²⁹.

O mesmo tipo de consideração fez Foucault quando do início de sua carreira como professor no Collège de France. Em sua aula inaugural de dois de dezembro de 1970, Foucault inicia sua fala dizendo como gostaria que a mesma fosse tomada pelo público: sem o exercício tirânico e unificador da função autor e negando a si mesmo a condição de origem do discurso e fonte privilegiada de sua compreensibilidade. Assim inicia Foucault:

Gostaria de me insinuar sub-repticiamente no discurso que devo pronunciar hoje, e nos que deverei pronunciar aqui, talvez durante anos. Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-me, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu

²⁸ FOUCAULT, *L'archéologie du savoir*, p. 28 (tradução minha).

²⁹ FOUCAULT, *L'archéologie du savoir*, p. 28, (tradução minha).

seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível³⁰.

Em suma, percebemos como Foucault recusou (ou ao menos problematizou e tratou com desconfiança) sua condição de autor, na medida que não pretendeu realizar essa função diante de seus discursos (ou ao menos se sentiu desconfortável ao ser colocado nesse lugar). Da mesma maneira, Foucault também não parece satisfeito que sua “obra” seja unificada segundo a função-autor. Ao contrário, suas sugestões parecem apontar para uma experiência de leitura e escrita bem diversa, na qual suas palavras e textos seriam algo sem início determinado e sem limites precisos, sem qualquer restrição imposta de antemão por parte de seu escritor/orador.

Conclusão

O que é um autor? E uma obra? Tais questões ganharam com as reflexões de Foucault uma profundidade e uma riqueza que a suposta naturalidade e evidência dessas noções não deixava entrever. Ao longo da primeira parte deste artigo, espero ter conseguido mostrar como essa questão se relaciona com o problema do sujeito e com a ordem do discurso, na medida que são funções variáveis e complexas que caracterizam um modo específico de ser do discurso. O autor representa, assim, um modo particular e privilegiado de o sujeito se apropriar do discurso, de forma a controlá-lo e domesticá-lo. E na segunda parte deste curto estudo, espero ter mostrado como o tema reaparece em outros textos de Foucault, seja quando analisa as práticas helenísticas já nos cursos ministrados na década de 1980 no Collège de France, seja quando coloca em questão sua própria “obra” e a forma como gostaria que seu discurso fosse apropriado.

³⁰ FOUCAULT, *A ordem do discurso*, p. 5-6.

Bibliografia

- DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault, un parcours philosophique: au delà de l'objectivité et de la subjectivité*. Tradução de Fabienne Durand-Bogaert e Gilles Barbedette. Paris: Gallimard, 1984.
- FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- _____. *Histoire de la folie à l'âge classique*. Paris: Gallimard, 1972.
- _____. *O que é um autor?* Tradução de José A. Bragança de Miranda e António Fernando Cascais. Lisboa: Passagem, 1992.
- _____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. Linguagem e literatura. Tradução de Jean-Robert Weisshaupt e Roberto Machado. In: MACHADO, Roberto. *Foucault, a filosofia e a literatura*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.137-174, 2005.
- _____. *A hermenêutica do sujeito: curso no Collège de France (1981-1982)*. Tradução de Márcio A. da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- KREMER-MARIETTI, Angèle. *Introdução ao pensamento de Michel Foucault*. Tradução de César Augusto Chaves Fernandes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.